

Apresentação

Em tempos de barbárie, quando a educação pública e gratuita um dos alvos prediletos das políticas de mercantilização, e a produção acadêmico-científica é ainda mais desafiada pelo negacionismo, as respostas devem ser rápidas, duras e contundentes. Como nos adverte o Poeta Maior¹: *Este é tempo de divisas. Tempo de gente cortada*. Ancorada na decifração do tempo presente, a obra que aqui se apresenta, construída a várias mãos, potencializa a análise de temas fundamentais da política social e do Serviço Social, buscando enfrentar este debate no contexto da América Latina e Brasil.

A coletânea *Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* é o resultado das discussões, reflexões e análises realizadas no espaço dos diversos Núcleos e Grupos de Pesquisa que compõem a Área 2 – *Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* – do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

Esta Área de Concentração, dentro de uma perspectiva histórico-crítica, se dedica a estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas determinações contemporâneas, com enfoque privilegiado em questões que envolvam Trabalho, Política Social, Produção do Conhecimento e Serviço Social. Trabalho compreendido na sua concepção ontológica e na forma social capitalista, ou seja, a partir dos fundamentos da sociedade burguesa e suas particularidades históricas. Sociedade que engendra as condições de exploração do homem consubstanciadas na “questão social” e suas expressões, e serve de base para a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social.

O mundo tenta voltar ao “normal” após a estabilização da pandemia da Covid 19, e declaração da OMS do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19, em maio de 2023. Mas sabemos que voltar à “normalidade” capitalista implica em manter uma exploração cada vez maior dos trabalhadores, com a supressão de direitos e a adoção de modalidades de trabalho desprovidas de qualquer humanidade.

A ascensão da extrema direita observada em vários países, a exemplo da Itália; e de seu paulatino avanço – caso emblemático da França, Portugal, Espanha e Argentina – demonstram que a ideologia (e práticas) protofascistas não se restringem ao caso brasileiro.

Os textos que compõem essa coletânea centram-se na realidade brasileira e se referem, portanto, a um período complexo e, de alguma forma, novo do nosso período de Nova República. Tivemos, por um lado, a ascensão ao Governo Federal (2019-2022) de um indivíduo com histórico de defesa de princípios conservadores e perspectiva claramente fascista, embora com uma ainda incipiente organização partidária que respaldasse seu projeto; e, por outro lado, a epidemia da Covid 19 (2020-2021).

Durante o mandato de Jair Bolsonaro, o governo federal, além de levar quase a termo a desnacionalização da economia brasileira, a desindustrialização e a primarização – tendências que vinham dos governos anteriores, mas que se agravaram sobremaneira –, coerente com uma visão de mundo de um liberalismo extremado, lidou com a pior crise mundial que enfrentou a humanidade no início do século XXI, semelhante a uma guerra, executando (ou deixando de executar) medidas/políticas de prevenção e assistência que

¹ Carlos Drummond de Andrade. *Nosso Tempo*. **A Rosa do Povo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

provocaram a morte de uma extensa parcela da população brasileira² (para alguns analistas, um verdadeiro genocídio). Não sendo possível se abster de dotar a população de um mínimo existencial, aproveitou para aprofundar formas de gestão do acesso a benefícios que tiveram profundas repercussões sobre os segmentos populacionais mais necessitados. Na Seguridade Social foram brutais os impactos causados por mudanças regressivas no mercado de trabalho; dificuldades de acesso a políticas de renda mínima e um imbricamento cada vez maior de relações com grupos paramilitares, sabidamente apoiadores de primeira hora desse governo, notadamente na gestão de políticas de saúde.

A reação a Bolsonaro, sua ideologia e suas políticas materializou-se na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 30 de outubro de 2022. Entretanto – e é fundamental a ressalva – a eleição de Lula da Silva para um terceiro mandato não significa em absoluto a derrota da ultradireita. Prova disso é o número (crescente) de manifestações de racismo, feminicídios e xenofobia por todo o país.

O recrudescimento do aparato militar (e paramilitar) em todo o país brinda a população diuturnamente com a notícia de assassinatos e execuções travestidas de “balas perdidas em conflitos”, cujos alvos prioritários são os jovens e as crianças de comunidades pobres. Territórios que são invadidos em qualquer dia e hora por policiais que se utilizam do distintivo para disseminar os seus instintos assassinos e o seu ódio pela pobreza – como se não fossem eles oriundos dos mesmos estratos sociais que suas vítimas. O enfrentamento da “questão social” que, na brilhante análise de Netto (1996)³, estava se dando por meio do binômio repressão/assistência, conserva somente o primeiro elemento na atualidade.

O governo Lula, em seus primeiros 100 dias de gestão, já demonstra cabalmente que não virá em favor da classe trabalhadora. Trata-se de um governo voltado para os interesses dos capitalistas, sobretudo do agronegócio e dos banqueiros. Como primeiras medidas já temos o Arcabouço Fiscal – garantindo o pagamento religioso da dívida pública que neste ano vai roubar dos cofres públicos algo em torno de 2 trilhões e 640 milhões de reais –; o Marco Temporal; a Cúpula da Amazônia, que está acontecendo neste momento – podendo sacramentar a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas no Amapá e a ampliação da mineração na Amazônia, sobretudo para atender é a chamada indústria 4.0, que é justamente o carro-chefe do capitalismo atual com a renovação tecnológica.

Não está descartada a perspectiva de uma continuidade da Reforma da Previdência bolsonarista que não foi enterrada, apesar da luta desenvolvida pelos trabalhadores do serviço público nos anos de 2020/2021, que fizeram com que esse projeto não fosse votado. No entanto, a ideia é retomá-la, aprofundando a supressão de direitos e dificultando ainda mais a aposentadoria dos trabalhadores.

Para além disso, no último dia 28 de julho foi anunciado um corte de mais de 300 milhões na Educação, consolidando a tendência do Ministério da Educação (já vislumbrada

² A CPI da Pandemia indiciou o então Presidente Jair Bolsonaro por nove crimes: prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decore do cargo), crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, e perseguição e outros atos desumanos. (Ver a íntegra em Agência Senado – <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado> Acesso ago. 2023).

³ NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 50, 1996.

quando da escolha do Titular da Pasta) de um privilegiamento dos chamados “tubarões do ensino”, enquanto se enterra a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Este conjunto inicial de medidas nos alerta para o fato de que é impossível ter políticas públicas com a sangria que está sendo empreendida com celeridade, enquanto Lula da Silva goza de respaldo popular.

Para o Serviço Social, evidencia o aumento exponencial das expressões da “questão social”, que se materializa diuturnamente nas ruas das grandes cidades no recrudescimento da violência, nas chacinas já aludidas, no aumento brutal de famílias que estão sendo obrigadas a viver nas ruas devido ao desemprego.

Para responder a este contexto, as assistentes sociais têm sido requisitadas a assumir posturas cada vez mais conservadoras, pragmáticas, pontuais e focais. A hegemonia de uma direção social para o Serviço Social cujo fundamento é a Teoria Social Crítica e que forjou um Projeto Ético-Político para a profissão vem sendo colocada em xeque.

É fundamental que não nos deixemos enredar pelo fatalismo e pela naturalização da barbárie e do *status quo* capitalista com suas políticas pobres para os pobres. Muito ainda há o que fazer. Que as palavras de Brecht⁴ possam nos servir de inspiração.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural –
diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
em que escorre o sangue,
em que se ordena a desordem,
em que o arbítrio tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza....
Não digam nunca – Isso é natural! –
Para que nada passe a ser imutável.

Praia Vermelha, agosto de 2023.

Janete Luzia Leite
Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi
Débora Holanda Leite Menezes

⁴ Poema escrito por Bertolt Brecht (1898-1956) para a abertura da peça teatral *A Exceção e a Regra* (1929).